

PROCEDIMENTO DE ADJUDICAÇÃO

CLÁUSULA 15ª DO CADERNO DE ENCARGOS DO

PROCEDIMENTO "CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE PARA A CELEBRAÇÃO DE
ACORDO-QUADRO SINGULAR PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA - LOTE N "

Entidade Adjudicante: Município de Vila Nova de Gaia

Entidade Adjudicatária: Construtora da Huíla, Irmãos Neves, Lda.

Adjudicação: Procedimento adjudicado por deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025.

Minuta do Contrato: Aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2025, tendo o adjudicatário o prazo de **2 dias após notificação de adjudicação para pronúncia**, sendo que se não for apresentada reclamação será a mesma considerada tacitamente aceite.

Designação do Procedimento 2024.AQROVP.N.14 | Melhoria das condições de acessibilidade ao Cemitério de Oliveira do Douro, na Freguesia de Oliveira do Douro.

Descrição do Objeto Contratual: Estaleiro; Demolições; Pavimentação/Passeios; Drenagem de águas pluviais; Tratamento de zonas verdes; Diversos.

Valor da Adjudicação: 236 190,10 €+ IVA, à taxa legal em vigor

Alvará 8.ª subcategoria da 2.ª categoria (calcetamentos)
9ª subcategoria da 2.ª categoria (ajardinamentos)
1ª subcategoria da 5.ª categoria (demolições)

Prazo de Execução da Obra (nos termos definidos no ponto vi do nº 5 da cláusula 15ª do Caderno de Encargos): 120 dias

Prazo de Garantia da Obra (nos termos do art. 397º do CCP): 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas.

Projeto de Execução:

- Planta de localização;
- Planta de localização com ortofotomapa;
- Planta de Intervenção;
- Planta do sistema de drenagem;
- Esboço corográfico;
- Memória descritiva;
- Mapa de trabalhos e quantidades;
- Estimativa orçamental de acordo com os preços unitários constantes na proposta apresentada no AQ.

O Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e o Plano de Segurança e Saúde (PSS) foram disponibilizados no âmbito do concurso público para a celebração do Acordo Quadro Singular para a Realização de Obras na Via Pública.

Caução / Retenção Ao abrigo do nº. 3 do artigo 88º. do CCP, será efetuada a retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar

Documentos de Habilitação do Adjudicatário (nº 1 da cláusula 16ª do caderno de encargos):

- ✓ Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP, a que corresponde o modelo constante do Anexo F ao programa do procedimento;
- ✓ Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- ✓ Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas ou, caso seja uma micro, pequena ou média empresa, deverá ser concedida autorização para consulta dessa certificação no IAPMEI;

Documentos de Habilitação de Subempreiteiro, se aplicável (nº 2 da cláusula 16ª do caderno de encargos):

- ✓ Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP, a que corresponde o modelo constante do Anexo IV ao programa do procedimento;

- ✓ Número de Alvará ou de Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas (caso aplicável);
- ✓ Documentos comprovativos de que o subempreiteiro não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- ✓ o RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo) nos termos descritos na alínea a) do ponto seguinte;
- ✓ Certidão da Conservatória do Registo Comercial, e;
- ✓ Declaração de compromisso relativa à execução dos trabalhos que se propõe realizar.

Outros Documentos (nº 3 da cláusula 16ª do caderno de encargos)

- ✓ O RCBE, caso se trate de pessoa coletiva e, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, podendo ser apresentado documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, ser facultado à entidade adjudicante o respetivo código de acesso;
- ✓ b) Declaração que identifique o Diretor de Obra (representante do adjudicatário), acompanhada de documento emitido pelo Organismo ou Associação Profissional em que se encontra inscrito, comprovativa de que o mesmo detém a qualificação específica para assumir a direção da obra, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 4º da Lei nº 40/2015, de 1 de junho, que altera e republica a Lei nº 31/2009, de 3 de junho;
- ✓ Identificação nominal do Técnico afeto à Segurança em Obra;
- ✓ Identificação nominal do Responsável pela implementação do Plano de Gestão de Resíduos da Construção e da Demolição;
- ✓ Desenvolvimento Prático do Plano de Segurança e Saúde que foi apresentado no procedimento de formação do acordo-quadro;
- ✓ O plano de trabalhos para a obra, elaborado nos termos do artigo 361º do CCP;
- ✓ Documentos exigíveis para a celebração do contrato, devidamente identificados em cada notificação de adjudicação, cfr. alínea d) do ponto 5 da cláusula 15ª.